

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 162.ª Sessão Ordinária Realizada em 24 de Setembro de 1971 (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Muggiati Filho.

As 10.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fôrtes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisostomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Belinati, Emilio Carazzai, Armando Queiroz, João Mansur e Paulo Camargo (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Ata.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Sôbre a Ata). — Sr. Presidente, segundo nos cabe na lembrança, na sessão anterior, a Presidência designou dois dos Srs. Deputados para representarem a Casa nas festividades de Londrina, aqui especificadas, que foram os Srs. Deputados Wilson Brandão e Antônio Belinati. Com certeza, por um lapso involuntário, deixou de constar o nome do Deputado Antônio Belinati. Era a retificação que me cumpria fazer, a fim de que o respeitável despacho da Mesa seja inteiramente cumprido.

O SR. PRESIDENTE — A retificação procede e a Mesa tomará as providências necessárias.

Continua em discussão a ata. Não havendo mais quem queira discuti-la, está aprovada.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Sob o n.º 27.71, do Senhor Governador do Estado, datada de 14 do corrente, encaminhando a Proposta de Orçamento Plurianual de Investimen-

tos para o triênio 1972-1974, de todos os órgãos que compõem a estrutura administrativa do Estado do Paraná.

Abaixo assinados moradores do Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê, solicitando desta Casa a realização de plebiscito para sua emancipação política. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 398-71, do Senhor SADAHO YOKOMIZO, Prefeito Municipal de Arapongas, convidando a Presidência desta Casa para a solenidade de inauguração do prédio escolar construído por aquele Município, em convênio com a FUNDEPAR. — Ao conhecimento do Senhor Presidente.

Sob o n.º 818-71, do Senhor DR. JOSÉ FIGUEIREDO MATTOS, Presidente da Associação Pernambucana de Servidores do Estado — APESE, encaminhando cópia de um estudo referente o programa da aplicação da C. L. T. no serviço público, elaborado por aquele órgão de classe. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

TELEGRAMA:

Da Sua Excelência o Senhor Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República, no seguinte teor:

AGRADEÇO VG SENSIBILIZADO VG MENSAGEM APLAUSOS TRASLA-
DAÇÃO BRASIL RESTOS MORTAIS INSIGNE PROCLAMADOR NOSSA IN-
DEPENDÊNCIA PT SAUDAÇÕES. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja o requerimento de autoria do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, de informações sobre convênio a ser assinado entre o I.B.C. — GERCA e Banco do Estado do Paraná, votado nominalmente.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1971.

(a) Erondy Silvério

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, solicita seja designado pela Assembléia representante para pleitear, junto ao Ministério da Agricultura, providências urgentes no sentido de combater a infestações de "Pulgões" nos trigais do Oeste do Estado.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expedição de ofício ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, para que o mesmo designe um representante técnico para comparecer a esta Assembléia Legislativa a fim de prestar esclarecimentos com relação à escolha de áreas destinadas ao plantio de Café no Paraná e seus critérios e conveniências econômicas.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1971.

(a) Quielise Crisóstomo.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

A Liderança do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, com a de.

vinda vênia, vem indicar para a Comissão Especial da "Ferrugem dos Cafeeiros", o nome do Deputado Muggiati Filho como membro efetivo e do Deputado Hélio Manfrinato, como suplente.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requer que esta Assembléia se faça representar nas homenagens que serão prestadas à Missão Japonesa composta de cem (100) elementos, do Grupo Econômico Mitsobishi, a qual estará presente em Apucarana nos dias 27 e 28 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1971.

(a) Antônio Maciel

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer a Vossa Excelência, o abono de suas faltas às sessões de 27 a 31 do corrente, em razão de sua presença às reuniões da Associação Brasileira dos Municípios, em Brasília, da qual é Diretor.

Nas referidas reuniões da ABM, serão tratados assuntos de grande importância para os Municípios e, também, a organização do próximo Congresso Nacional dos Municípios.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer a V. Exa. se digne mandar abonar suas faltas nos dias compreendidos entre 18 a 22 do corrente, por se encontrar acamado.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1971.

(a) Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na Tribuna na manhã de hoje, prende-se ao fato de encaminharmos um apêlo às duas eminentes Lideranças da Casa, no sentido de que seja completada a decisão do Plenário e constituída, através das respectivas indicações, a Comissão Especial aprovada aqui, para o estudo do problema da ferrugem dos cafeeiros.

Queremos acrescentar que, em razão desse expediente e da deliberação desta Casa, recebemos uma correspondência que julgamos valiosa, principalmente para nós, paranaenses, de um engenheiro paulista, engenheiro Jesuino Felicíssimo Júnior, cuja correspondência constitui valioso material para essa comissão e que nós, desde já, colocamos à disposição da futura Comissão. Destacamos o seguinte: disse esse engenheiro "Junto cópia da sua gestão que diz", isto após expender outras considerações.

Vou ler uma parte anterior e peço vênias para que não seja entendido como falsa modéstia a ressalva que faço com relação às palavras que me dirige o signatário.

Lendo: — “Peço vênha para aplaudir o seu nobre gesto de imperativa necessidade e oportunidade, visando a adoção de medidas preventivas contra a infestação, pela “Ferrugem”, do maior Centro Produtor de Café do País, e em não compartilhar” — reputo este o ponto importante da missiva — “da atitude de antecipada submissão à convivência com esse mal, como vem sendo sugerida pelos técnicos que não querem empreender essa luta árdua, da qual não se pode fugir.

Junto cópia da sugestão que fiz à Secretaria da Agricultura de São Paulo que se bem sucedida, será de suma importância para o Estado do Paraná, possuidor da matéria-prima fungicida em seu próprio território e em ótima posição geográfica — Lisímaco Costa — para o atendimento de toda sua lavoura cafeeira.

Outrossim junto, em duplicata, exemplares de separata de um trabalho apresentado ao “XXIII Congresso Brasileiro de Geologia”, realizado em Brasília em 1969, que mostra outras aplicações sugeridas para o aproveitamento do resíduo piritoso que, até o presente, vem sendo jogado fora em áreas próximas às Usinas de Tratamento de Carvão desse Estado.

Se o Estado do Paraná cooperar com o Estado de São Paulo nesta luta, seguramente a “Ferrugem” será derrotada bem mais cedo e o maior benefício dessa vitória será, certamente, esse Estado.

Técnicos japoneses vêm insistindo com as autoridades técnicas paulistas para a adoção do emprego dos fungicidas à base de enxofre nessa luta, cujos méritos vêm sendo considerados inferiores aos fungicidas à base de cobre possivelmente por tradição e rotina, que podem não ser as melhores.

Certo do alto interesse de Vossa Excelência na luta que, voluntariamente, chamou a si, formulo meus votos de pleno sucesso e subscrevo-me, respeitosamente,

(2) Jesuino Felicíssimo Júnior.”

Ainda da sugestão feita por esse conceituado Engenheiro à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, cuja cópia nos foi remetida, destacaremos apenas para que não nos alonguemos nesta matéria por demais, mesmo porque ela será objeto de estudo pela Comissão, acreditamos, mas para que dê conhecimento a esta Casa deste produto que existe quase que, por assim dizer, gratuitamente no Estado do Paraná, de grande interesse no combate a este mal, cujas qualidades são demonstradas por esses técnicos paulistas.

Lendo: “O fim colimado, — diz ele nas considerações — em resumo, é provocar a poluição do ar com gases sulfurosos produzidos em diversos focos fumacentos, instalados na área plantada, que virão impregnar as plantas de maneira ampla e em alta disseminação.

A eficiência dos gases sulfurosos na destruição ou diminuição da “ferrugem”, conforme recentes notícias (v.3 recortes) parece ter uma comprovada ação fungistática ou fungicida; a aplicação dessa substância, na finalidade considerada, constitui medida a ser tomada em caráter experimental urgente.

O Instituto Geográfico e Geológico já está preparado para prestar, de imediato, sua contribuição (naturalmente ele está se referindo ao Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo) para os ensaios experimentais ora sugeridos. Esta entidade já tem em estoque, em Barueri, a 30 km. de São Paulo, perto de 300 toneladas de resíduo piritoso. “Há duas publicações de autoria do mesmo engenheiro acompanhando este material. Deixamos, queremos deixar este material, desde já, à disposição da Comissão que vier a ser constituída.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Muggiati Filho, estamos acompanhando o discurso de V. Exa., que trata de um dos assuntos mais importantes para a economia

do Estado, pois se fixa nas áreas produtoras de café, hoje infestadas pela ferrugem.

Eu perguntaria a V. Exa. que convive naquelas áreas e que vem estudando o problema, se a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná tem correspondido à expectativa desse setor na região Norte do Estado, se a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná vem tomando as providências necessárias para o combate a esse mal que está causando tanta inquietude nos meios cafeeiros.

E a pergunta que faria a V. Exa., não sei se ela teria cabimento.

O SR. MUGGIATI FILHO — É uma honra responder à pergunta do eminente Líder.

A liderança da maioria já trouxe a resposta a esta Casa, afirmando que existe uma Comissão de técnicos na Secretaria da Agricultura, encarregada do estudo da matéria; tanto assim é, que Sua Excelência, o nobre Deputado João Mansur, sugeriu inclusive, que esta Comissão já criada e a ser constituída nesta Casa, funcione em consonância com a Comissão da Secretaria da Agricultura. Mas, justamente estamos voltando à Tribuna nesta manhã, para encarecer a urgência de medidas neste sentido, por que no terreno prático — embora nós semanalmente estejamos convivendo com a zona rural que liga os principais produtores de café do Norte Novo, situado entre Londrina e Apucarana, nesse trecho nós não sentimos realmente qualquer atividade prática até o presente, da Secretaria de Agricultura. Como recebemos inclusive este material, que reputo valioso, porque é de um homem dedicado ao estudo desses problemas e que vem justamente do Estado de São Paulo, dizer a nós, paranaenses, que temos a possibilidade de contar, dentro do nosso Estado, com um fungicida capaz de resolver esses problemas; se não resolver, tudo aconselha a que seja experimentado.

Faço a essas considerações é que nós viemos fazer este apelo à douta Liderança, para que faça as suas indicações no sentido de que esta Comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná possa se entrosar — sem quebra de sua independência — com a Comissão do Poder Executivo, por assim dizer, que é a Comissão da Secretaria de Agricultura, e verifique realmente, o que está se passando, e inclusive, levar como contribuição este material já existente.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é oportuníssimo o seu pronunciamento. Apenas para levar ao conhecimento de V. Exa., eu quero fazer um pequeno relato.

Eu entendo que a maior autoridade em ferrugem no Estado do Paraná, se não a maior uma das maiores, é o Dr. Milton Miró Vernalha; este moço, meu colega de infância em Paranaguá, trouxe ao meu conhecimento a gravidade do problema. Dizendo que se nós não tomássemos medidas imediatas e urgentes, num futuro não remoto mas muito próximo, a catástrofe iria atingir em cheio. E eu, aproveitando o discurso de V. Exa. queria, desde que V. Exa. aprova esta minha iniciativa, lembrar que através de um pronunciamento que V. Exa. faz neste instante, talvez as autoridades governamentais queiram admitir, no concurso, a participação deste brilhante moço, deste engenheiro agrônomo que é, eu erpito, um "expert" neste mister; talvez a sua contribuição fôsse valiosa. E por motivos que descozhecemos, este moço que outrora já prestou grandes serviços neste terreno, está alijado desta função. Nós entendemos ser imprescindível a sua participação, para que cheguemos a uma conclusão mais razoável e mais benéfica. Daí a nossa sugestão, para que V. Exa., através deste ou daquele expediente, não entendemos de que forma, talvez V. Exa. possa conseguir a participação do Dr. Milton Vernalha para que possamos ser mais felizes no nosso intento. Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito me honram as palavras do nobre colega Nelson Buffara, no sentido de que seja mantida a sua sugestão, a

fim de que a Comissão Especial que tratará do assunto, tenha o Engenheiro Milton Miró Vernalha, na pauta do seu trabalho, para a devida apreciação. No fôsse o problema de realmente interesse para a economia de todo o País, por certo o assunto poderia ser deliberado com mais delongas. A situação de fato, dêste problema, exige que as deliberações se façam sem o apressamento desnecessário muitas vezes prejudicial, mas dentro daquilo que a relevância e a urgência do problema estão a exigir.

É o apêlo que deixamos às doudas lideranças, e formulamos também à futura Comissão que se constituirá nesta Casa, já criada, no trato dêste relevante problema para a economia paranaense. Muito obrigado. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 128-70, o Poder Executivo instituirá anualmente, através da Fundepar, o "Concurso de Literatura do Paraná" e dá outras providências. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 128-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo, instituirá anualmente, através da FUNDEPAR, simultâneo ao Concurso Nacional de Contos, o Concurso de Literatura do Paraná, versando sobre temas de história e folclore regionais.

Art. 2.º — A natureza, espécie ou categoria dos trabalhos literários serão definidos em Regulamento próprio.

Art. 3.º — Poderão participar do certame candidatos residentes ou não, no Estado do Paraná.

Art. 4.º — O valor dos prêmios atribuídos a ambos os concursos será sempre equivalente, obedecidas as respectivas modalidades de inscrição.

Art. 5.º — O Regulamento, a que se refere o art. 2.º, será elaborado pelo órgão competente no prazo de 60 (sessenta dias) a partir da publicação da presente Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 153-70 — fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 153-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Circunscrição de Trânsito de Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição sobre os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 215-70, fica denominado "Vereador Dino Gasparin", o Grupo Escolar da Vila Hauer, nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 215-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Vereador Dino Gasparin", o Grupo Escolar da Vila Hauer, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 260-70, fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00, a Theodoro Meira. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 260-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros), ao Senhor Theodoro Meira, residente em Curitiba.

Art. 2.º — A despesa referente a presente autorização correrá por conta da dotação consignada para esse fim na Lei de Meios.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 11-71, fica declarada de Utilidade Pública, a "Escola 29 de Março", de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 11-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Escola 29 de Março, de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Maurício Fruct — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 41-71, que transfere para a viúva Francisca Macedo Guttierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo, alterada pela Lei n. 5.205, de 11 de dezembro de 1965. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 41-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transferida para a viúva Francisca Macedo Guttierrez, a pensão mensal concedida a Gabriela Souza Macedo, pela Lei n. 1534, de 9 de dezembro de 1953, alterada pela Lei n. 5.205, de 11 de dezembro de 1965.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 24-71, fica declarada de Utilidade Pública a "Missão Cristã do Brasil", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 24-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Missão Cristã no Brasil", com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 39-71, que dá nova Redação ao Artigo 7.º, da Lei n. 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pelo Artigo 1.º, da Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 39-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 7.º, da Lei n. 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pelo art. 1.º, da Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7.º — Poderão inscrever-se no IPE, com os mesmos direitos e obrigações e mediante expressa manifestação de vontade à Superintendência, o Governador do Estado, os Secretários de Estado, os Deputados Estaduais e Federais, os ocupantes de cargos em Comissão e os professores supletaristas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 93-71, fica o Poder Executivo autorizado a elevar a pensão mensal concedida à sra. Maria Francisca Oliveira. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 93-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida a sra. Maria Francisca Oliveira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Santos Lima

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Antônio Costa)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Antônio Maciel, constante do Expediente, solicitando que esta Assembléa se faça representar nas homenagens que serão representadas à Missão Japonesa do Grupo Econômico Mitsubishi, que se realizará em Apucarana. — **Aprovado** (São designados os Srs. Deputados, para representar a Casa, Santos Lima, Antônio Maciel, Gilberto Carvalho).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, nobres Deputados,

Na sessão de ontem tive que me ausentar desta Casa, porque não podia deixar de comparecer a enterro de pessoa amiga e, justamente na hora da sessão, realizava-se aquela cerimônia fúnebre. Todavia soube agora, do Vice-Líder do Governo e da Arena nesta Casa, que há instruções expressas no sentido de se rejeitar um Requerimento formulado na sessão de ontem, pelo nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira. Requerimento vasado em termos que interessam profundamente aos cafeicultores do Paraná e a todo o Paraná. Não vejo, sinceramente, nenhum motivo para que a Casa não aprove este Requerimento. Um Requerimento onde pergunta-se em primeiro lugar se foi assinado um convênio entre o GERCA, o IBC e o Estado do Paraná, com o objetivo de financiar o plantio de café no Estado. E se tal convênio abrange áreas do Oeste e do Sudoeste do Estado.

Acho muito importante este Requerimento, porque eu inclusive quero confessar que pouco entendo da cultura do café; mas tenho lido muito que determinadas regiões do Paraná não se adaptam; devido às condições climáticas, à cultura e plantio do café. E uma dessas áreas, ao que me parece, fica situada exatamente no item segundo do requerimento; quem sabe o nome é Deputado Cândido Martins de Oliveira? Se há um financiamento por parte do IBC, para o plantio de café dessa região; Ora, se a região for tecnicamente contraindicada, não vejo porque o IBC viria a financiar café ali naquela região. Salvo se interesses outros e puserem por trás deste financiamento. E não acredito sinceramente que o Banco do Estado do Paraná o IBC e o GERCA vão conceder financiamento para que se plante café numa região tecnicamente contra indicada.

Portanto, vou votar favoravelmente ao requerimento, porque eu acho que se ele fosse aprovado — e é quasi certo que não o será — dirimiria de nossas consciências esta dúvida e teríamos elementos para nos dirigirmos ao IBC e ao GERCA e dizer sobre o por que de se jogar dinheiro fora financiando o plantio de café numa região contra indicada.

Infelizmente parece que o requerimento vai ser rejeitado e é uma pena que isto aconteça. É pena que um requerimento de tanta importância para a vida do Estado não encontre guarida por parte da Bancada do Governo nesta Casa. É uma pena que isto aconteça porque, no final do Governo, quando outro Governador assumir a chefia do Executivo e vier a esta Casa fazer um relatório da situação do Estado no campo econômico, no campo financeiro, em todos os campos da atividade humana, algum Deputado desta Casa vai se mostrar surpreso e dizer ao povo do Paraná que não acreditava que a situação do Estado estivesse como foi demonstrada aqui na Casa pelo Governador.

Mas um Deputado não tem o direito de afirmar isto em Plenário, porque dispõe de meios legais e recursos que lhe confere a Constituição, que lhe confere o próprio povo ao enviá-lo a esta Casa para, através de pedidos de informações, saber da situação administrativa, econômica e financeira do Estado e estar perfeitamente entrosado com a real e verdadeira situação do Estado que ele representa numa Casa de Leis.

Vou votar favoravelmente ao requerimento, embora sabendo que será rejeitado pela Casa. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra de anunciar em Plenário a presença do Deputado Federal Alencar Furtado, do Deputado Federal Olivir Gabardo, do Vereador Enéas Faria e do Prefeito Municipal de Colombo.

Tem a palavra o sr. Deputado Ivo Tomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Na ausência do Líder de nossa Bancada e por se encontrar ausente no início dos trabalhos o Vice-Líder Paulo Poli, que acaba de chegar, coube a este Deputado a tarefa de encaminhar a votação do pedido de informações formulado pelo sr. Deputado Candido Martins de Oliveira.

É preciso, Srs. Deputados, que se conteste parte das afirmações de S. Exa. o sr. Deputado Erondy Silvério, quando argui da inconveniência do plantio do café em determinadas áreas do território paranaense. Devemos informar que o IBC de ha muito vem se preocupando em ampliar a área destinada ao plantio do café e, em consequência, aumentar nossa produção, pois assim maior será a arrecadação para que o plano de obras tenha recursos para melhor se desenvolver.

No levantamento procedido pelo IBC viu-se as condições climatológicas e topográficas que determinadas porções de terra da região Oeste do nosso Estado, como próprias para o plantio do café.

Não seremos nós a contestar, nesta Tribuna, as conclusões a que chegou uma Comissão de técnicos altamente especializados para dizer se o IBC está incorrendo em erros quando aconselhou os estabelecimentos de crédito da União e do Estado a financiarem, a facilitarem a cultura do café em determinadas regiões de nosso Estado.

Porque não permitir à região Oeste, e parte do Sudoeste também a possibilidade de desenvolver-se tanto quanto o Norte do Estado, de enriquecer? Por que impedir a capitanzação do plantio, da produção de nossa rubiácea, aquela que mais divisas tem carreado aos coiros do Governo?

Nós acreditamos no bom senso, na capacidade e na responsabilidade dos técnicos incumbidos desse levantamento. Daí considerarmos sem objetivo o requerimento formulado pelo sr. Deputado subscritor, mesmo porque, a solicitação pode, a qualquer instante ser formulada por qualquer paranaense, não necessariamente Parlamentar, à Direção do IBC, à Direção do BANESTADO, à Direção do GERCA, no sentido de informar o interessado que o objetivo é promover o plantio forçado, ou facilitando aos interessados a procura do financiamento necessário.

Se tal convenio existe, necessariamente deve ser circunscrito à área aprovada e indicada, pela Comissão, como própria ao plantio do café.

Razão pela qual consideramos o item 2 também prejudicado que, no requerimento, em caso afirmativo, o subscritor solicita se tais financiamentos foram ou não concedidos.

Quero crer não competir à Assembleia Legislativa do Estado pretender informações de estabelecimentos de crédito, porquanto normas rígidas ditadas pelo Banco Central, a ética profissional tem, em todos os tempos da nossa história, impedido que informações sobre o montante do cadastro de financiamento de pessoa jurídica, ou física, sejam fornecidos, a não ser a requerimento daquele que é o correntista.

Considero, portanto, o item 3 do requerimento, também sem propósito, ou fora de propósito.

Item 4 trata do critério adotado pelo convenio para financiamentos. Quero crer que este item deixa transparecer que, se esta Casa aprovando o requerimento, duvida da honestidade, ou do critério, ou norma do estabelecimento no fornecimento dos financiamentos. É necessário que dúvidas dessa natureza, desde que do conhecimento do Parlamentar, sejam

denunciadas, de modo a responsabilizar o estabelecimento de crédito quando tiver deixado de cumprir rigidamente aquela necessidade que a parte deve suprir, para merecer ou para ter deferida sua pretensão.

A pergunta n. 5 deseja saber o nome dos proprietários já beneficiados com o citado financiamento. É uma redundância afirmar-se novamente que não compete a esta Casa exigir do estabelecimento de crédito informação dessa natureza. Por considerar o requerimento, não intempestivo, mas sem qualquer propósito de auxiliar uma coletividade, não pretende, quero crer, a responsabilidade pessoal de qualquer beneficiário que, no caso da obtenção de empréstimo deve ter preenchido os requisitos necessários; do contrário, quem haverá de ser responsabilizado é o gerente de determinada agência, que no caso não teria cumprido as determinações da Diretoria.

Dai afirmar que este Deputado votará contrariamente à pretensão do subscritor, apelando aos Srs. Deputados que votem pela rejeição do requerimento, não querendo, com isso, significar em momento algum que essas informações do requerimento sejam trazidas para conhecimento dos Srs. Deputados e desta Casa na oportunidade, que não melindram o IBC, o GERCA ou Banco do Estado do Paraná, pois a eles está afeta, aos dois primeiros a tarefa de determinar as áreas próprias para o plantio e ao estabelecimento de crédito a verificação que deve merecer o financiamento para esse tipo de cultura.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISOSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usaremos da palavra nesta manhã para encaminhar a votação de requerimento assinado pelo Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. Abordaremos tão somente o tópico referente ao plantio de café no Paraná, na seleção de área escolhida pelo IBC. Não poderia deixar de me pronunciar neste momento, pelo conhecimento que tenho sobre o assunto no que tange ao critério adotado pelo IBC na escolha dessa área, referente ao Convênio.

Em conversa, já de longa data, com o então Diretor do IBC do Paraná, Sr. João Ribeiro Júnior, formulava eu várias perguntas com relação ao critério de escolha. Disse-me S. Exa. que os dados necessários para a escolha dessa área não poderia me fornecer, porque estava a cargo de uma Comissão Técnica especializada. Lembro-me que foi muito antes da divulgação da área escolhida a nossa conversa.

Cabe-me, portanto agora, como Parlamentar, endossar as palavras do Deputado Ivo Tomazoni quando se referia ao tema, dizendo que uma Comissão Técnica altamente especializada deve ter feito a escolha dessa área por razões de latitude, longitude, climatológica e topográfica.

Endossando as palavras do Deputado Ivo Tomazoni e comunicando à Casa a nossa troca de idéias com o Sr. João Ribeiro Júnior, ocupando hoje a Presidência do IBC, quero justificar o meu voto contrário ao requerimento do Deputado Cândido Martins de Oliveira.

Quero, igualmente, aproveitando a oportunidade, anunciar à Casa que outras áreas poderão vir a ser analisadas pelo IBC por solicitação deste Deputado que neste instante, ocupa a Tribuna. Em conversa informal com o Diretor do IBC, hoje na Presidência, fiz solicitação no sentido de que fosse também analisada a área do Vale da Ribeira, no Município de Adrianópolis, por ser área da qual tenho amplo conhecimento no que diz respeito à sua temperatura, topografia e latitude. Devo ainda comunicar à Casa que em determinada região do Município de Adrianópolis, os lavradores de cultura cabloca, isto para dizer que são lavradores sem conhecimento algum de café, mantêm seu consumo com produção própria de café

daquela região. Este é um dado, no meu entender, valioso e que o IBC receberá oficialmente por intermédio deste Parlamentar, a fim de que também uma Comissão Técnica seja composta para analisar as terras do Município de Adrianópolis. Quero crer que, com a análise conclusiva dos técnicos do IBC, venha ser também essa região beneficiada pelo financiamento do GERCA, pelo Governo do Estado e pelo IBC para o plantio de café. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência solicita ao eminente líder Deputado Nivaldo Krüger, a gentileza de devolver o requerimento à Mesa.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, na sessão de ontem encaminhamos à consideração desta Assembléia, requerimento objetivando informações do Chefe do Poder Executivo, sobre convênio assinado entre o GERCA, IBC e o Banco do Estado, com o objetivo de financiar o plantio de café, no Paraná, em áreas até então ecologicamente consideradas impróprias para tal cultura, área do Oeste e do Sudoeste, que em função do seu clima e da sua própria topografia segundo técnicos anteriores, não se prestava a este tipo de cultura.

Chegou entretanto ao nosso conhecimento, que o Instituto Brasileiro do Café, através de uma Comissão de Técnicos, e após acurados estudos, conscientizou-se de que as áreas referidas poderiam efetivamente surgir como um novo território onde o plantio do café pudesse alcançar sucesso, e através desse sucesso enriquecer o nosso Estado, o nosso País e a nossa gente, como entendo ser dever do Deputado Estadual estar sempre bem informado com relação aos acontecimentos sobretudo vinculados com a região que representa nesta Casa, o Sudoeste e parte do Oeste paranaense.

Por isso pedi esta informação.

Chegou ao nosso conhecimento ainda, que tal convênio já estaria em plena execução, com alguns proprietários de terras situados especificamente no Município de Matelândia, com financiamentos recebidos e outros na iminência de recebê-los.

Desejamos, portanto, com o objetivo de nos esclarecer, saber quais os critérios que este convênio exige para a distribuição do financiamento, e quais os critérios que os seus executores, o Banco do Estado, quero crer, esteja adotando para a concessão desse financiamento, a fim de que possamos e de que pudéssemos, caso recebamos estes esclarecimentos, transmiti-los ao povo da nossa região, aos agricultores do Estado e do Sudoeste, área abrangida por este Convênio, a fim de que estes homens que lá moram, que lá trabalham, que lá lutam e lá vivem, que esses homens pudessem também conseguir este financiamento para a nova experiência, agora recomendada pelo IBC. Não acredito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que estejamos querendo, com as nossas perguntas, quaisquer normas de sigilo bancário, qualquer norma de orientação, de trabalho e de execução do Convênio em análise. Porque se o Convênio existe, firmado entre duas entidades públicas, entidades de personalidade de personalidade jurídica de Direito Público, nós entendemos, respeitando o ponto de vista daqueles que se manifestaram contra este entendimento, entendemos que este Poder Legislativo tem poderes e até a obrigação de saber o que está ocorrendo dentro do Banco do Estado, aquilo que o Banco do Estado assina em termos de convênio e a maneira como está executando os convênios assinados.

Porque nos dias futuros poderíamos ser questionados, nós, Deputados deste Legislativo, pelos nossos correligionários ou pelo povo do Paraná, sobre o exercício e nesta função de fiscalizadores dos atos do poder público, e se este Convênio foi assinado entre o IBC e o Governo do Estado, tendo como parte interveniente o Banco do Estado, é um ato do Poder público. Portanto,

sobre ele, cabe a fiscalização do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Caso as normas bancárias impeçam o Banco do Estado de nos fornecer os nomes dos beneficiados até agora neste convênio, nada impediria que na nossa pergunta número três, S. Exa. o Sr. Governador do Estado citasse a legislação que impede o Banco do Estado a fornecer a esta Assembléia esta resposta, e não respondesse pura e simplesmente baseado neste dispositivo legal.

Mas nada obsta, nada proíbe que se diga a esta Casa, se foi ou não assinado um convênio, e se está ou não esta área do sudoeste abrangida neste convênio. Quais os critérios que o próprio convênio prevê para a concessão do financiamento. Acho que não há demérito nenhum ao Poder Executivo prestar informações a esta Casa, e acho, para finalizar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta Casa tem e deve a obrigação até sagrada, de zelar e observar e de fiscalizar os atos, as atitudes do Poder Executivo, para amanhã, no futuro, não se corresponsabilizar, como foi aqui dito inúmeras vezes pelos Srs. Deputados, por ato do Executivo, que venha quebrar normas de ética ou normas de honestidade que deverão ornar a personalidade dos detentores de cargos públicos.

Porisso que, lamentavelmente, este requerimento não terá a sua aprovação. Vou pessoalmente, como cidadão, averiguar e pedir resposta ao Banco do Estado, ao IBC e ao GERCA e voltarei a esta Casa para informar, detalhadamente, quais as razões que me levaram apresentar também nesta Casa, documentação farta a respeito dos problemas que há por trás deste Pedido de Informações. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER. — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vejo que a Casa assistente momentos de tensão e preocupação quando se discute um simples requerimento de Pedido de Informações.

Mobiliza a Bancada do Governo no sentido de, segundo as palavras oficiais do representante que aqui se expressou, Deputado Ivo Tomazoni, mobiliza-se no sentido de evitar a aprovação de um requerimento de informações, não discuto os pormenores, discuto a tese. Ora, Srs. Deputados, Gerca, um órgão que manipula recursos públicos, IBC, um Instituto que tem sob a sua responsabilidade a coordenação da política cafeeira do país, um órgão público, homens que recebem do povo; Banco do Estado do Paraná, entidade financeira cujo maior acionista é o Estado e, conseqüentemente o povo, a Assembléia do Paraná pedindo informações sobre estes órgãos eminentemente políticos, de representação popular, que mal há, Srs. Deputados, em que estes requerimentos tramitem; que mal há, Srs. Deputados, na aprovação de um requerimento que apenas pede esclarecimentos, de um requerimento tramitem; que mal há, Srs. Deputados, na aprovação de um requerimento que apenas pede esclarecimentos, de um requerimento que tem o objetivo único, Sr. Presidente, como aqui expressa, de perguntar ao Governador como se está procedendo com o dinheiro que é do povo. Ora, Srs. Deputados, que estaremos fazendo nós nesta Assembléia, se nós não pudermos ser apenas, ou ao menos, informados de como se procede com o dinheiro do povo. Será que evitar a tramitação, impedir a tramitação de um requerimento desta ordem deixará mal o Governo, colocará mal o Sr. Governador do Estado? Não terá ele resposta, Srs. Deputados, para estas perguntas tão simples? Foi assinado convênio entre o IBC, o Banco do Estado do Paraná e o Gerca com o objetivo de financiar café, financiamentos que abrangem a cultura do café, área do oeste e do sudoeste do Estado; em caso de resposta afirmativa às perguntas anteriores, se o financiamento já foi aprovado, ora, Sr. Presidente, quem sabe se nós podemos obter esta resposta, orientar os homens de empresa de nossas regiões, orientarmos e abriremos ao conhecimento público este pormenor, para que alguns apenas não se

beneficiem destes recursos vultosos que pertencem ao próprio povo, como aconteceu, e quero citar agora neste instante o que ocorreu com o Condep, um organismo de financiamento à pecuária. Estudou-se um plano magnífico, mas quando o pequeno pecuarista pleiteou financiamento ao Condep, os recursos já haviam sido absorvidos pelos homens que estão na cúpula, que manipulam o poder, que têm contatos altos e os financiamentos não chegaram a beneficiar aquele que realmente precisa, não chegou a beneficiar aqueles que estão trabalhando no amanho da terra; talvez este requerimento pudesse esclarecer, Srs. Deputados e deve esclarecer, pois o seu sentido é este. Evitar a sua tramitação, impedir a sua tramitação, quer me parecer, Srs. Deputados, que não seria o melhor caminho, não seria o caminho ideal; quer me parecer, Srs. Deputados, que a alegação do sigilo bancário não cabe neste caso, pois o requerimento apenas pede informações e estas informações seriam tornadas públicas, seria público, para que com elas o público paranaense pudesse se orientar com relação a este assunto. Srs. Deputados, impedir a tramitação de requerimentos de informações é cortar mais ainda as prerrogativas deste Poder; já estamos limitados nas nossas atribuições, já não podemos mais apresentar Projetos sobre determinadas matérias, como por exemplo, o assunto relacionado com as finanças. E ainda, Srs. Deputados, impedirmos Requerimentos de Informações, será limitar ainda mais as atribuições deste Poder e privar ao povo paranaense de informações tão preciosas.

Creio, Srs. Deputados, que há necessidade de se refletir sobre isto. Referindo-se sobre as implicações de uma atitude que vise impedir a tramitação deste Requerimento. Creio, Srs. Deputados, que a Assembléia do Paraná não votará contra a tramitação de Requerimentos de Informações, pois se assim a Assembléia proceder nós, a Maioria estará perdendo ainda mais as atribuições que lhe são conferidas, pelo próprio povo.

E assim encerro as minhas palavras, Srs. Deputados, fazendo um apêlo no sentido de que os Srs. aprovem este Requerimento e que não privemos o Paraná de conhecer as informações aqui solicitadas. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença em Plenário, do Primeiro Suplente a Deputado Federal, Sr. Antônio Anibelli.

Para encaminhar a votação do Requerimento, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Secundando vários oradores que passaram por esta Tribuna, encaminhando a votação do Requerimento do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, gostaria também de aqui aduzir algumas considerações sobre a matéria.

Parece que é entendimento nesta Casa, que pedidos de informações traduzem dúvidas quanto à seriedade do Governo.

Entretanto, eu assim não entendo e creio também, a Assembléia não deveria entender. Pedido de informações é o desejo e, muitas vezes, o caminho mais fácil para que um Deputado se esclareça, possa esclarecer ao povo do Paraná o que se está passando na Administração de nosso Estado.

Quero apenas, já que sobre vários aspectos fôra este assunto esgotado, estudado, gostaria apenas de considerá-lo sob o aspecto que o nobre Deputado Ivo Tomazoni, desta Tribuna, considerou o Requerimento prejudicado, do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira. Referiu-se ao sigilo bancário. Equivocou-se o nobre Deputado Ivo Tomazoni quando desta Tribuna alegou como fundamento para a rejeição do requerimento, o sigilo bancá-

ri. Na verdade, contratos desta natureza, sobre o qual deseja informar-se o Deputado Cândido Martins de Oliveira, são registrados em Coletorias, em Cartórios de Registro de Imóveis; são, portanto, de conhecimento público.

Sobre este aspecto, gostaria também de informar à Casa que é comum ao sistema bancário a troca de informações. É comum, por exemplo, a Cia. Souza Cruz, que financia o plantio de fumo, requerer às entidades de crédito a relação dos financiados para o mesmo fim, a fim de impedir que haja duplo financiamento contemplando o mesmo beneficiário.

Vejam, Srs. Deputados, não há como se alegar, para a rejeição deste requerimento, as normas de sigilo bancário.

Quero, pois, deixar aqui a esta Casa o meu apêlo para que seja aprovado este requerimento, porque a negativa sistemática a pedidos de informações implica numa séria responsabilidade por parte desta Assembléia com relação a todos os atos emanados da Administração Pública. Sempre que sobre eles são solicitadas informações, são sistematicamente negadas.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita que se faça silêncio para que o orador consiga prosseguir seu discurso.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Retornando ao início desta Legislatura, contemplei, estarecido, Deputados nesta Casa dizerem que desconheciam o que o Governo anterior havia feito e que agora o atual vinha proclamar ao Paraná. Alegavam o desconhecimento, como forma de fugir à responsabilidade. O que é mais sério, fomos procurar nos Anais da Legislatura passada e encontramos votos destes mesmos Deputados contra requerimento de informações sobre aquelas matérias que negavam participação nas mesmas.

Vejam onde iremos chegar. Amanhã outro Governador, sucedendo o atual, virá aqui como veio este, denunciando erros do passado, e muitos Deputados que foram contra os pedidos de informações dirão que desconheciam o que se estava passando.

Não vejo motivo para que haja sigilo bancário. Talvez seja uma desculpa que buscam muitos Deputados para negar o presente pedido de informações. Mas quero informar, uma vez mais, que nos termos das normas do Banco Central, não há como se alegar sigilo bancário para subtrair aos Deputados, para subtrair o deputado subscritor, para subtrair à Casa e ao povo do Paraná estas informações.

Creio que são mesmo tão fáceis de serem obtidas, que procurarei ir obtê-las em termos pessoais e trazer ao conhecimento da Casa e do povo do Paraná. São matérias que não necessitam ser apuradas em termos de requerimentos de informações, embora fôsse este o caminho mais fácil, o caminho mais próximo que possui um Sr. Deputado para chegar ao seu objetivo. Admito que existem outros, porque a matéria não é sigilosa. Não há como se falar em sigilo bancário em matéria desta ordem.

Iremos, secundando o Deputado Cândido Martins de Oliveira, obter estas informações e fornecê-las a S. Exa. para que informe ao povo do Paraná e à Casa o que se está passando no Banco do Estado do Paraná, o que se está passando na execução deste convênio.

Deixo o apêlo e vamos aprovar, não só este, mas todos os requerimentos de informações. Se o Governo não tem nada a esconder, não há motivo para que se negue aprovação a eles. — (Sem revisão do Orador).

O SR. ANTÔNIO MACIEL — (Para encaminhar à votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhando a votação do requerimento do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, queria abordar o item referente à área ecológica para o plantio do café.

De fato, é um assunto que tem dado margem a muitas discussões. Mas, é preciso reportar-me que, no Congresso do Café, em Poços de Caldas, se não me falta a memória, em 68, a Secretaria da Agricultura do Paraná apresen-

tou uma tese tratando da área de plantio de café neste Estado. E essa tese, discutida na Comissão de Produção, num Congresso onde participavam todos os Estados cafeeiros, onde 600 pessoas interessadas em assuntos cafeeiros, durante quatro dias, estudaram e discutiram a tese, que esteve em foco dois dias seguidos.

Lembro-me bem; eu participava como engenheiro agrônomo do Sindicato de Cafeicultores de Apucarana, juntamente com o ilustre Deputado Silvio Barros e, naquela oportunidade, fomos contra a tese apresentada pela Secretaria de Agricultura, que apresentava um mapa em que essa região estava fora.

E eu argumentava que a região ecológica para o café não existe cem por cento. Existem propriedades que têm, às vezes, dez por cento de terra própria para o café e outros noventa por cento que não servem. Não servem unicamente em relação ao clima e não à topografia, em relação ao microclima de cada propriedade que não deve ser baixo.

E, naquele Congresso essa, tese de limitar a área foi derrotada, e eu tive ao meu lado o Deputado Silvio Barros. Conseguimos, assim, derrotar a tese da Secretaria da Agricultura, que impedia um financiamento dos cafezais plantados no Paraná. Outros Estados também votaram contra. Porque o café praticamente permite o plantio em todas as regiões, sendo limitado unicamente por propriedade. É muito comum o técnico do IBC aprovar o financiamento numa propriedade e, na anexa, negá-lo. Portanto, não vejo nenhum inconveniente do IBC ter estendido o plantio do café na região Oeste. Porque o próprio Congresso do Café, representado por quatro Estados produtores, por técnicos de todos os Estados, tiveram oportunidade de dizer que o técnico deve se limitar à propriedade e não à região.

Sou agrônomo e fiscal do Banco do Brasil e fui, inclusive, avaliador de financiamentos; muitos foram concedidos, enquanto que outros, em propriedades vizinhas, foram negados, por serem consideradas impróprias para o plantio.

E nos Anais do Congresso do Café foram determinados todos esses itens e também que os cafeeiros podem ser plantados em todas as regiões onde deve ser julgado o nível da propriedade rural sempre.

Quanto aos outros itens devo dizer que já foi assinado o convênio entre o IBC, o GERCA e o BANESTADO e já está em pleno vigor há uns quinze dias.

Participei, em Londrina, de reunião com todos os gerentes das agências do Banco do Estado do Paraná e também com todos os gerentes das agências do Banco do Brasil, foi amplamente divulgado pelos jornais e pelas rádios e esse convênio está em franca atividade. "No caso de resposta afirmativa..."

Aqui tenho a dizer que já foi iniciado; qualquer cafeicultor poderá se dirigir diretamente ao Banco do Estado do Paraná ou Banco do Brasil e, no Estado de Minas, ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

"Qual o critério adotado..." É o mesmo critério para qualquer emprestimo bancário; ficha cadastral e que não tenha título protestado.

"Quais os proprietários já beneficiados..." Quanto a esta pergunta, a última, discordo da opinião do Deputado Sebastião Rodrigues. Acho que o Banco não pode fornecer a relação dos beneficiados porque significa dívida e o sigilo bancário é justamente para não revelar dívidas.

Acho que pelo menos na minha agência do Banco do Brasil, sempre foi negada, tanto pelos outros Bancos que perguntavam, porque havia o sigilo bancário.

Finalmente, queria só frisar quanto à área ecológica para café. Nós sabemos que tem café em Santa Catarina, no Espírito Santo, ao nível do mar; sabemos que há café na Serra do Mar. Existem muitas e muitas regiões, com cafezais e o que se pretendeu foi, justamente atendendo às recomendações do

Congresso de Poços de Caldas, que não se falasse mais neste País em regiões para esta ou aquela cultura, mas sim que analisasse tecnicamente ao nível da propriedade.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, não vou discutir o requerimento encaminhado pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, porque nesta Casa eu respeito um Senhor Deputado em matéria de café. É o nobre Deputado que ocupou a Tribuna há poucos instantes, o Deputado Antônio Maciel. Realmente, é um agrônomo que entende de cultura de café. Mas eu apenas quero fazer um reparo à contestação que me foi feita pelo Deputado Ivo Tornazoni. Não afirmei, e as notas taquigráficas estão aí para comprovar, que a região onde o IBC, GERCA e Banco do Estado do Paraná pretendem ou já realizaram convênio de financiamento aos agricultores, seja ruim ou má. Não afirmei isso; disse que tinha lido, e o próprio Deputado Antônio Maciel confirmou agora, um relatório de uma Comissão Técnica especializada, que desaconselhava o plantio de café naquela região. Foi isso que afirmei e realmente agora estou lembrado, foi o próprio Secretário de Agricultura do Paraná que desaconselhou o plantio de café naquela região.

Disse também que não entendia de cultura de café, porque a isso não sou obrigado, não sou ligado a região cafeeira. Foi isso o que afirmei, que não tinha nada demais que o Banco do Estado respondesse a esses pedidos de informação, porque assim, e dessa forma, toda a Casa ficaria sabendo que o IBC, através de uma Comissão de Técnicos, declarou a área própria para o plantio de café, para que, se amanhã ou num futuro próximo ou distante, o próprio IBC aconselhar a erradicação dos cafeeiros naquela região, esta Casa tenha subsídios para vir combater a medida do IBC. O que não entendo neste País é gastar dinheiro para erradicação de cafezais e depois gastar dinheiro para o replantio de novos cafezais.

O objetivo de ter vindo à Tribuna encaminhar a votação do Requerimento do Deputado Cândido Martins de Oliveira, é porque não vejo nada de mais neste Requerimento, sinceramente. É apenas um pedido de informações que, realmente, interessa à Casa e ao povo paranaense.

Vou votar com o requerimento e vou retirar o meu requerimento, para que a Mesa proceda a votação na forma normal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, e retira o seu Requerimento.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser procedida a verificação de votação requerida pelo Deputado Erondy Silvério.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram se levantar. Pausa, 8 srs. Deputados aprovam.

Os srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram se levantar. Pausa, 27 srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento do Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro à Casa que seja fornecida uma cópia da Ata desta sessão, na qual conste inteiro teor do requerimento e o número de votos a favor e contrários.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência encaminhará à 1.ª Secretaria, para atendimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante

do Expediente, solicitando seja expedido officio ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, para que o mesmo designe um representante técnico, para comparecer a esta Assembléa Legislativa a fim de prestar esclarecimentos. — Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste Plenário, do sr. Deputado Federal Túlio Vargas.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente e Srs. Deputados, pedi a palavra para dizer da importância de um problema desta envergadura e também para lembrar esta Casa de que participamos do pensamento, da ideia daqueles que, por várias vezes nesta Tribuna, criticaram e comentaram, com justa razão, a representação do Paraná em âmbito nacional. Ainda quero citar pronunciamentos feitos por várias vezes pelo Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, quando dizia que o Paraná deveria pela sua importância econômica no País, ter maior representação nos órgãos administrativos nacionais, e quero lembrar esta Casa de que é justamente no Instituto Brasileiro do Café que o Paraná tem um de seus representantes, que o Paraná se faz presente, e não seria sob pretêxo algum que este Parlamentar, com vínculos de parentesco com o então ocupante da Presidência do IBC, viesse à Tribuna tirar a oportunidade, a ocasião de Sua Excelência, na Direção de tão importante órgão da economia nacional e de representação internacional, de ter a oportunidade nesta Casa, e de seus representantes, de receberem a devida informação que esta Casa por ventura precise e de que o Paraná por ventura precise e que venha, através dos seus representantes nesta Casa, reivindicar desta Assembléa Legislativa.

É face a este requerimento, pedindo e justificando que Sua Excelência, o Sr. Presidente do IBC venha a responder àquelas perguntas pertinentes ao requerimento do Deputado Cândido Martins de Oliveira, que para mim não tem significado algum, porque as suas respostas eu já sei; mas, quero que venham técnicos do IBC responder àquelas perguntas ali contidas e aquelas perguntas desta Tribuna insinuadas por Parlamentares desta Casa ao representante um dos poucos paranaenses, no IBC, perguntas que insinuaram estarem por trás deste convênio elaborado entre o Paraná e o Instituto Brasileiro do Café. Quero que estes Parlamentares formulem as suas perguntas ao representante do IBC, nesta Casa, para que o Paraná venha à responsabilidade do seu representante, dirimir dúvidas que levantaram nesta manhã, nesta Casa.

Eram estas as explicações do meu requerimento.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vou votar contrariamente a este requerimento porque não existe nesta Casa um Deputado que talvez seja mais técnico do que qualquer técnico do IBC em matéria de café.

Quando eu quizer saber alguma coisa a respeito de café, eu converso com quem entende de café e com quem tem isenção de ânimo para falar sobre café. Quanto ao objetivo do requerimento, acho que o nobre Deputado, Segundo Secretário desta Casa, está se sangrando em saúde; fui um dos que votei favoravelmente ao requerimento de autoria do Deputado Cândido Martins de Oliveira, porque não admito que uma autarquia como o IBC que, através do confisco cambial tem sacrificado a cafeicultura do Brasil, jogue o dinheiro pela janela.

Esteja na direção do IBC quem estiver, sem eu ver um trabalho que me prometeu o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira sobre a erra-

dicação do café, o meu pensamento é que o IBC, naquela oportunidade, jogou dinheiro pela janela. Então, se votei favoravelmente ao requerimento do Deputado Cândido Martins de Oliveira, foi porque eu achei e justifiquei da Tribuna, que a região tinha sido desaconselhada para o plantio do café. Jamais quis atingir o Dr. João Ribeiro Júnior, tio do nosso Segundo Secretário desta Casa, meu companheiro de luta do PSD, homem a quem muito prezo e estimo, que prestou inegáveis serviços ao Estado do Paraná, homem que realmente entende de café, porque é um cafeicultor de longa data, homem decente, homem digno que tem sobrelevado o nome do Paraná e do Brasil além fronteiras. Porque tem participado de todos os Congressos internacionais de Café e ali tem sido elogiado a sua atuação em favor do nosso País, na defesa do nosso principal produto.

Portanto, quero fazer este reparo. Acho que o Sr. Segundo Secretário está se sangrando em saúde. Aqui não adianta bater na mesa. Esta é a Casa do povo e cada um manifesta o seu ponto de vista livre e democraticamente, porque aqui cada um representa uma parcela do povo paranaense, e tem o direito de debater os assuntos tratados nesta Casa, mormente aqueles que dizem respeito aos supremos interesses do Paraná. Portanto, nobre Deputado, votarei contrariamente ao requerimento porque não acredito que nenhum técnico do IBC possa nos ensinar melhor em matéria de café do que o Deputado Antônio Maciel. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Deputado Quielso Crisóstomo — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Quero que conste em ata o meu voto contrário, porque não acredito muito nos técnicos do IBC.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

Tem a palavra o nobre Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de encerrar a presente sessão, queria apenas fazer uma comunicação. Amanhã às nove horas da manhã, nesta Casa, serão instalados os trabalhos da reunião interparlamentar dedicada aos debates e assuntos ligados à reforma administrativa dos Legislativos.

E naquela oportunidade, às nove horas da manhã, deverá proferir uma conferência, o dr. Célio Borja, Deputado Federal, Relator Geral do Grupo de Trabalho de Reforma da Câmara Federal.

Convém, sr. Presidente, alertar que S. Exa. é Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara. Foi Deputado Estadual pela Guanabara, Secretário de Estado no Governo Carlos Lacerda, Diretor da Caixa Econômica Federal e, em suma, uma das maiores inteligências e culturas da nova geração político-brasileira.

Razão pela qual, Sr. Presidente, encareço e reformulo o convite, a que todos os Srs. Parlamentares assistam à instalação dos trabalhos desta reunião interparlamentar, pelo que agradeço, Sr. Presidente. Muito Obrigado. — (Sem revisão do Orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Muggiati Filho, como membro efetivo e do Deputado Hélio Manfrinato, como suplente, para comporem a Comissão Especial da "Ferrugem dos Cafeeiros". — A Divisão das Comissões, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando abono de suas faltas às sessões Legislativas de 27 a 31 do corrente. — Será encaminhado ao Sr. 1.º Secretário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja designado representante da Assembléia para,

junto ao Ministério de Agricultura, solucionar o problema da infestação do pulgão nos triguais do Oeste do Estado. — **Aprovado. Designado o Sr. Deputado Nivaldo Krüger.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando abôno de suas faltas às sessões Plenárias nos dias 18 a 22 do corrente. — (Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para próxima segunda-feira, dia 27, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 68-71, 81-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 175-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 94-69, 71-70.

Levanta-se a sessão.